|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
|  | Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. |  |
|  | (anteriormente denominada 5283 Participações S.A.)  (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) |  |
|  | Demonstrações financeiras em  31 de dezembro de 2021 |  |
|  |  |  |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

[Balanço Patrimonial 6](#_Toc95382043)

[Demonstrações do Resultado 7](#_Toc95382044)

[Demonstrações do Resultado Abrangente 8](#_Toc95382045)

[Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 9](#_Toc95382046)

[Demonstrações dos Fluxos de Caixa 10](#_Toc95382047)

[Demonstrações do Valor Adicionado 11](#_Toc95382048)

[Notas explicativas 12](#_Toc95382049)

[1. A Sociedade e suas operações 12](#_Toc95382050)

[2. Base de apresentação das demonstrações financeiras 12](#_Toc95382051)

[3. Sumário das principais práticas contábeis 15](#_Toc95382052)

[4. Caixa e equivalentes de Caixa 17](#_Toc95382053)

[5. Investimentos 17](#_Toc95382054)

[6. Contas a Pagar com Partes Relacionadas 18](#_Toc95382055)

[7. Imposto de Renda e Contribuição Social 18](#_Toc95382056)

[8. Patrimônio líquido 18](#_Toc95382057)

[9. Imobilizado 19](#_Toc95382058)

[10. Arrendamento Mercantil 20](#_Toc95382059)

[11. Despesas administrativas 20](#_Toc95382060)

|  |
| --- |
| KPMG Auditores Independentes Ltda.  Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  Telefone +55 (21) 2207-9400  kpmg.com.br  Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras |
| Aos Administradores e Acionistas da  Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (anteriormente denominada 5283 Participações S.A.)  Rio de Janeiro – RJ |
| Opinião |
| Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (“PBEN-P” ou “Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. |
| Base para opinião |
| Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. |
| Ênfase |
| **Transações com o acionista controlador**  Chamamos a atenção para o fato de que a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender aos interesses corporativos, às necessidades das operações e ao plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. |
| **Outros assuntos** |
| **Demonstração do valor adicionado**  A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |
| **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** |
| A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da PBEN-P continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a PBEN-P ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. |
| Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras |
| Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:   * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PBEN-P. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PBEN-P. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PBEN-P a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.   Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. |
| Rio de janeiro, 10 de março de 2022  KPMG Auditores Independentes Ltda.  CRC SP-014428/O-6 F-RJ  Leandro Basto Pereira  Contador CRC RJ115543/O-6 |

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares Reais, exceto quando indicado em contrário)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Ativo** | **Nota** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |  | **Passivo** | **Nota** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Circulante** |  |  |  |  | **Circulante** |  |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.149 | 840 |  | Fornecedores |  | 10 | 2 |
|  |  |  |  |  |  | Impostos e contribuições a recolher |  | 1 | 2 |
|  |  |  |  |  |  | Arrendamentos mercantis |  | 24 | - |
|  |  |  | 1.149 | 840 |  |  |  | 35 | 4 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Não circulante** |  |  |  |  | **Não circulante** |  |  |  |
|  | Investimento | 5 | 1.059 | 864 |  | Contas a pagar com partes relacionadas | 6 | 607 | 689 |
|  | Imposto de renda e contribuição social a recuperar |  | 17 | 69 |  | Arrendamentos mercantis | 10 | 74 |  |
|  | Imobilizado | 9 | 97 | - |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 1.173 | 933 |  |  |  | 681 | 689 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | **Patrimônio Líquido** |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Capital social | 8 | 1.426.704 | 1.425.504 |
|  |  |  |  |  |  | Prejuízos acumulados |  | (1.424.695) | (1.423.826) |
|  |  |  |  |  |  | Outros resultados abrangentes |  | (403) | (598) |
|  |  |  |  |  |  |  |  | 1.606 | 1.080 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Total do ativo** |  | **2.322** | **1.773** |  | **Total do passivo e do patrimônio líquido** |  | **2.322** | **1.773** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **Nota** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Despesas operacionais** |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Gerais e administrativas |  |  |  | 11 | (837) | (810) |
| Tributárias |  |  |  |  | (12) | (2) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro** |  |  |  |  | **(849)** | **(812)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Resultado Financeiro |  |  |  |  | 25  (45) | 39  - |
| Despesas Financeiras |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  | (20) | 39 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Prejuízo antes dos Impostos** |  |  |  |  | **(869)** | **(773)** |
| Imposto de renda e contribuição social |  |  |  |  | - | 29 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Prejuízo do exercício** |  |  |  |  | **(869)** | **(744)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  |  |  |  |
| **Prejuízo do exercício** |  | **(869)** | **(744)** |
|  |  |  |  |
| Mudança no valor justo - investimento |  | 195 | (297) |
|  |  |  |  |
| **Resultado abrangente total** |  | **(674)** | **(1.041)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Capital social** | **Capital a integralizar** | **Capital Subscrito e Integralizadoo** | **Prejuízos acumulados** | **Outros resultados abrangentes** | **Total do patrimônio líquido** | |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |
|  | **Saldos em 1º de janeiro de 2020** | **1.425.504** | **(400)** | **1.425.104** | **(1.423.082)** | **(301)** | | **1.721** |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |
|  | Integralização de Capital |  | 400 | 400 |  |  | | 400 |
|  | Prejuízo do exercício |  |  |  | (744) |  | | (744) |
|  | Mudança no valor justo - investimento |  |  |  |  | (297) | | (297) |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |
|  | **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **1.425.504** | **-** | **1.425.504** | **(1.423.826)** | **(598)** | | **1.080** |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |
|  | Integralização de Capital | 1.200 |  | 1.200 |  |  | | 1.200 |
|  | Prejuízo do exercício |  |  |  | (869) |  | | (869) |
|  | Mudança no valor justo - investimento |  |  |  |  | 195 | | 195 |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |
|  | **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **1.426.704** |  | **1.426.704** | **(1.424.695)** | **(403)** | | **1.606** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  |  |  |  |
|  | Fluxo de caixa das atividades operacionais |  |  |
|  | Prejuízo do exercício | (869) | (744) |
|  |  |  |  |
|  | Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas |  |  |
|  | Amortização do Direito de Uso | 1 | - |
|  |  |  |  |
|  | Redução (aumento) de ativos |  |  |
|  | Impostos a recuperar | 52 | (37) |
|  |  |  |  |
|  | Aumento (redução) de passivos |  |  |
|  | Fornecedores | 8 | (6) |
|  | Impostos e contribuições a recolher | (1) | 2 |
|  | Contas a pagar com partes relacionadas | (82) | 465 |
|  |  |  |  |
|  | **Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais** | **(891)** | **(320)** |
|  |  |  |  |
|  | Fluxo de Caixa de atividades de financiamento |  |  |
|  | Aumento de Capital | 1.200 | 400 |
|  |  |  |  |
|  | **Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento** | **1.200** | **400** |
|  |  |  |  |
|  | **Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício** | **309** | **80** |
|  |  |  |  |
|  | **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **840** | **760** |
|  |  |  |  |
|  | **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício** | **1.149** | **840** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  |  |  |
| **Insumos adquiridos de terceiros** |  |  |
| Serviços de terceiros e outros | (837) | (810) |
| **Valor adicionado líquido consumido pela Sociedade** | **(837)** | **(810)** |
|  |  |  |
| **Valor adicionado recebido em transferência** |  |  |
| Receitas financeiras e operacionais | 25 | 39 |
| **Valor consumido a distribuir** | **(812)** | **(771)** |
|  |  |  |
| **Distribuição do valor adicionado** |  |  |
| Despesas Financeiras | 45 |  |
| Impostos, taxas e contribuições | 12 | (27) |
| Prejuízos retidos | (869) | (744) |
| **Valor adicionado consumido** | **(812)** | **(771)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Sociedade e suas operações

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (a “Sociedade”), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada; constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

A partir de 01 de dezembro de 2021 conforme “Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 08/2021”, a razão social da 5283 Participações S.A. foi alterada para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), e o objeto social foi alterado para constar que “ A Sociedade tem por objeto, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades; e, (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeira, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.”

A Sociedade é controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras que é a responsável pela sua continuidade, incluindo sua manutenção financeira. A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender aos interesses corporativos, às necessidades das operações e ao plano de negócio da Petrobras.

A Sociedade mantém transações com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

* 1. **Impactos COVID 19**

Em função da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Sociedade adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos da doença. A Sociedade está acompanhando permanentemente a evolução do coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador.

Não houve impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício em função dos efeitos da COVID-19.

1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitida pelo IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de ativos financeiros, os quais foram mensurados por meio do valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Diretoria Executiva, em reunião realizada em 07 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

* 1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Sociedade e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

* 1. Moeda funcional

Tendo em vista a alteração na forma de mensuração do investimento da PBEN-P na Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV pelo valor justo, e considerando que a Sociedade gera e despende recursos através de aportes de capital da controladora, aplicações financeiras e pagamento de suas obrigações em Reais, entendemos que a moeda que mais influencia o ambiente econômico da empresa é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

* 1. Novas normas e interpretações

**International Accounting Standards Board (IASB)**

Os principais normativos contábeis emitidos pelo IASB, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2021.

| **Norma** |  | **Descrição** |  | **Data de vigência** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| *Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.* |  | As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases. |  | 1º de janeiro de 2022 |
| *Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3* |  | As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. |  | 1º de janeiro de 2022 |
| *Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37* |  | Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso. |  | 1º de janeiro de 2022 |
| *Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16* |  | As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. |  | 1º de janeiro de 2022 |
| *Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1* |  | As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante. |  | 1º de janeiro de 2023 |
| *IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts* |  | O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro. |  | 1º de janeiro de 2023 |
| *Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2* |  | Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade. |  | 1º de janeiro de 2023 |
| *Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8* |  | De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. |  | 1º de janeiro de 2023 |
| *Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments  to IAS 12* |  | As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. |  | 1º de janeiro de 2023 |
|  |  |  |  |  |

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC** | **IFRS equivalente** | **Data de vigência** |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19 | *Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020*  *Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3*  *Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37*  *Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use*  *- Amendments to IAS 16* | 1º de janeiro de 2022 |
| Pronunciamento Técnico CPC 50 | *IFRS 17 – Insurance Contracts* | 1º de janeiro de 2023 |

1. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

5. Investimento

8. Patrimônio Líquido

9. Imobilizado

10. Arrendamento Mercantil

* 1. Ativos financeiros – Investimentos patrimoniais

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Sociedade adota o CPC 48/IFRS 9 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), substituindo as categorias existentes anteriormente pelo IAS 39.

Para investimento específico em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. O ganho ou a perda apresentada em outros resultados abrangentes, inclui qualquer componente de câmbio relacionado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA (Outros Resultados Abrangentes). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Considerando que o investimento patrimonial na PIB BV representa um investimento que a Sociedade pretende manter a longo prazo para fins estratégicos, a Administração designou esses investimentos na data da aplicação inicial como mensurado a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, sendo os dividendos reconhecidos como ganho no resultado, quando aplicável.

Na avaliação do investimento, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto.

As principais premissas dos fluxos de caixa são: as curvas de captação e pagamento de financiamentos baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção e preços associadas aos projetos existentes no portfólio da Sociedade, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

* 1. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

* 1. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Sociedade não possui processos judiciais, arbitrais ou administrativos.

1. Caixa e equivalentes de Caixa

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  | Bancos | 5 | 5 |
|  | Fundos de investimentos financeiros | 1.144 | 835 |
|  |  | **1.149** | **840** |

As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundos de investimento com rendimentos atrelados às variações dos Títulos de emissão do Tesouro Nacional adquiridos de forma definitiva, gerando rentabilidade de 2,64% em 31 de dezembro de 2021 (3,86% em 31 de dezembro de 2020), com liquidez imediata.

* 1. Prática Contábil

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

1. Investimentos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  | Investimento a valor justo - PIB BV | 1.059 | 864 |
|  |  | **1.059** | **864** |

A PIB BV é uma empresa holding localizada na Holanda, controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras constituída em 5 de setembro de 2002 para participar em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exploração de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo. O percentual de participação da PBEN-P na PIB BV é de 0,0007% nos exercícios apresentados. Em 2021 houve acréscimo no valor justo dessa participação no montante de R$ 195 (decréscimo de R$ 297 em 2020), devidamente registrado como Outros Resultados Abrangentes.

Seguem abaixo informações contábeis da empresa PIB BV em IFRS, em milhares de reais, da qual a empresa PBEN-P possui participação acionária:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **Milhares de quotas** | |  |  |
|  |  |  | **Capital Social** | **Ações** | **Participação (%)** | **Patrimônio líquido** | **Lucro do exercício** |
|  | 31.12.2021 |  | 158.278.066 | 45.896.837 | 0,0007 | 273.166.690 | 10.227.908 |
|  | 31.12.2020 |  | 158.278.066 | 45.896.837 | 0,0007 | 240.431.471 | 26.871.438 |

* 1. Prática Contábil

O investimento é mensurado pelo valor justo com base nos fluxos de caixa descontados, preparados pela Administração, baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico, divulgado pelo acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Como o investimento patrimonial representa um investimento que a Sociedade pretende manter a longo prazo para fins estratégicos, a Administração designou esses investimentos na data da aplicação inicial como mensurado a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, sendo os dividendos reconhecidos como ganho no resultado, quando aplicável.

1. Contas a Pagar com Partes Relacionadas

Referem-se ao saldo a pagar em favor da sua controladora Petrobras. O saldo deve-se basicamente ao contrato de compartilhamento de custos e despesas (“CCCD”) assinado entre as duas empresas, pelo qual a Sociedade reembolsa sua controladora pelo uso de sua estrutura e recursos.

* 1. Remuneração dos administradores da Sociedade

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da PBEN-P, bem como, a Sociedade não possui empregados próprios, sendo suas atividades operacionais e administrativas realizadas através de um contrato de compartilhamento de custos e despesas com a sua controladora Petrobras.

1. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade não reconheceu despesas com provisionamento de imposto de renda e contribuição social durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, uma vez que obteve prejuízo fiscal. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais não foi reconhecido devido à baixa probabilidade de lucros tributáveis futuros.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  | Prejuízo antes dos impostos | (869) | (773) |
|  |  |  |  |

1. Patrimônio líquido
   1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.426.704 (R$ 1.425.504 em 31 de dezembro de 2020) representado por 1.426.703.742 ações ordinárias (1.425.503.742 ações ordinárias em 2020), nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de dezembro de 2021, foi aprovado em AGE da Sociedade a realização do aumento do capital social no montante de R$ 1.200, com a emissão de 1.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem subscritos integralmente e totalmente integralizado em dezembro de 2021.

* 1. Destinação dos resultados

De acordo com o estatuto social da Sociedade, os resultados apurados, quando positivos e após a absorção dos prejuízos acumulados em cada exercício, serão distribuídos por deliberação aos acionistas, na forma da legislação em vigor.

* 1. Prejuízo por ação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Prejuízo do exercício | (869) | (744) |
| Quantidade de ações | 1.426.704 | 1.425.504 |
| Prejuízo por ação (em R$) | (0,00061) | (0,00052) |

* 1. Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social da Sociedade, os resultados apurados, quando positivos e após a absorção dos prejuízos acumulados em cada exercício, serão distribuídos por deliberação aos acionistas, na forma da legislação em vigor.

1. Imobilizado

A Sociedade firmou, em 01 de dezembro de 2021, contrato de sublocação de uma área de 11,31m² (onze vírgula trinta e um metros quadrados) com a Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro-RJ, com início em 01 de dezembro de 2021 e término em 30 de novembro de 2026. Com isso, a Sociedade reconheceu os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de financiamento, de acordo com o CPC 06 (R2).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Direito de uso - Edificações e Construções** |  |
|  |  | **Total** |
|  | **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **-** | **-** |
|  | Adição | 98 | 98 |
|  | Amortização do direito de uso | (1) | (1) |
|  | **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **97** | **97** |

* 1. Prática Contábil

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamentos (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

1. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis referem-se a contrato de sublocação de edificação administrativa.

* 1. Prática Contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2), em vigor desde 01 de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Sociedade, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

1. Despesas administrativas

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|  |  |  |  |
|  | Serviços de auditoria | 40 | 41 |
|  | Compartilhamento de custos e despesas | 791 | 769 |
|  | Remuneração do Conselho Fiscal | 5 | - |
|  | Amortização do direito de uso | 1 | - |
|  |  | **837** | **810** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Gláucio José de Araújo Silva  Diretor | | | Herbert Luiz de Araújo Guimarães  Diretor | | |
| Eduardo Seixas  Contador – CRC-RJ 087.203/O-6 | | |  | | |
|  |  | | |  |
|  | |  | | |